

HISTÓRIA ORAL E PESQUISA QUALITATIVA

Silvia Regina Vieira da Silva - UFMS

Resumo

Neste artigo, depois de um panorama relacionado com o desenvolvimento da História Oral (internacional e nacional) - que inclui uma síntese da nossa tese de doutorado –, apresentamos algumas questões que envolvem a História Oral e a Pesquisa Qualitativa, numa tentativa de iniciarmos uma discussão.

Abstract

In this article, after a panorama related to the development of the Oral History (international and national) – which includes a synthesis of our doctorate thesis –, we present some subjects that involve the Oral History and the Qualitative Research, in an attempt of beginning a discussion.

INTRODUÇÃO

Em primeiro lugar, gostaríamos de mencionar que fazemos parte do grupo de pesquisa História Oral e Educação Matemática, cujos coordenadores são: Antonio Carlos Carrera de Souza, Antonio Vicente M. Garnica e Carlos Roberto Vianna.

Em segundo lugar, faz-se necessário deixarmos explícita a nossa concepção de História Oral. Pensando em História (clássica), e tomando como referencial as fontes utilizadas, entendemos que existem três procedimentos de pesquisa distintos que dão origem, respectivamente à História: Documental, Monumental e Oral.

Os historiadores orais através das falas, dos discursos, dos silêncios ou da linguagem, têm como ferramenta a memória, que não se presta somente ao armazenamento de lembranças. Segundo Bosi (1992), a memória articula-se na vida social através da linguagem e vive do tempo que passou, mas, dialeticamente, supera-o pois, através da reversibilidade temporal, promove a simultaneidade.

Através da entrevista (oralidade) chegamos à memória, mas existem historiadores orais que se utilizam de outras fontes – fotos, imagens, biografias, diários, documentos oficiais, etc. – numa tentativa de enriquecimento dos depoimentos coletados. Entretanto, no Brasil, segundo Meihy (2000, p. 95), *“os esforços mais progressistas consistem em promover a história oral “pura”, ou seja a que propõe diálogo com outras fontes orais e menos com a história oral “híbrida”, ou ainda aquela que cruza documentos variados”*.

Tendo em mãos o material coletado, o historiador oral, amparado teoricamente em conceitos históricos, poderá, então, fornecer uma História baseada em depoimentos. Ou seja, ao propor uma História Oral não podemos e não devemos abrir mão da teoria histórica já construída, pois só assim poderemos fornecer uma “enunciação em perspectiva” histórica baseada nos depoimentos, a qual, assim como na História Documental ou na Monumental, não se constitui em uma verdade pronta e acabada; é uma versão dos acontecimentos a ser acrescentada às já existentes.

O nosso trabalho, em particular, Silva (2004), foi baseado na teoria histórica proposta por Ariès (1990), onde encontramos argumentação para fundamentar tendências históricas – mudança e conservação.

Consideramos a fita K-7, ou de vídeo, ou, ainda, o MD, documentos da História Oral, uma vez que neles podemos encontrar a oralidade que envolveu a entrevista. Contudo, alguns

historiadores, ao invés da divulgação destes documentos, optam pela divulgação das transcrições literais das entrevistas, que contém “erros” de oralidade; outros optam por uma versão da transcrição que já foi corrigida pelo entrevistado; outros, ainda, disponibilizam somente a edição final da entrevista. Enfim, em qualquer um dos casos, a divulgação só deve ser realizada em comum acordo entre entrevistador e entrevistado.

Compartilhando da idéia desenvolvida em Augrass (1997), ainda gostaríamos de ressaltar que, a História Oral, por envolver o encontro entre, pelos menos, duas pessoas – entrevistado e entrevistador – inclui a dimensão da intersubjetividade. Os personagens envolvidos, desde o primeiro contato, interagem e juntos constroem o testemunho, então, devemos levar em conta a subjetividade do entrevistado, assim como, a do entrevistador. Desta forma não podemos deixar de considerar a História Oral como intersubjetiva.

Com essas concepções explicitadas e o panorama que será apresentado a seguir, que demonstra tanto as batalhas que já foram (e ainda serão) travadas quanto algumas peculiaridades da História Oral, pretendemos iniciar uma discussão envolvendo a Pesquisa Qualitativa. Entre as questões a serem colocadas no final do artigo, gostaríamos de anunciar uma que já nos fizemos em outras ocasiões e que talvez seja a mais relevante: História Oral é, necessariamente, uma Pesquisa Qualitativa? Por quê?

PRELÚDIOS

A oralidade, apesar de ter estado presente na historiografia desde os seus primórdios, não esteve necessariamente relacionada com uma teoria histórica. Somente no século XIX, alguns historiadores se utilizaram de depoimentos com uma preocupação histórica, mas tais iniciativas foram tolhidas pela história positivista, que se baseava em documentos, escritos, oficiais.

Após a 1ª Guerra, surgiram outros estudos históricos baseados em depoimentos, mas, a História Oral “**nasceu**” depois da 2ª Guerra Mundial, mais precisamente em 1948, depois de inventado o gravador, quando um historiador da Universidade de Colúmbia forneceu um documento relacionado às suas entrevistas: a fita K-7. Esse trabalho utilizou como estratégia colher os depoimentos de pessoas americanas importantes.

Porém, o uso da memória como evidência histórica, desde o nascimento da História Oral, foi alvo de críticas:

No centro das críticas à história oral no início dos anos 60 estava a convicção de que a memória seria distorcida pela deterioração física, na velhice, pela nostalgia, pelos preconceitos pessoais – tanto do entrevistador quanto do entrevistado – e pela influência das versões retrospectivas e coletivas do passado. (THOMSON, 2000, p. 52)

Os primeiros historiadores orais, em resposta aos seus opositores, desenvolveram – com o auxílio de antropólogos, psicólogos e sociólogos – diretrizes que possibilitassem a avaliação da confiabilidade da memória, ao mesmo tempo que passaram a denunciar limitações das fontes escritas.

Contudo, por volta de 1970, as críticas relacionadas à utilização da memória começaram a ser questionadas pelos oralistas, iniciando, assim, um processo de fortalecimento do testemunho, que envolveu pesquisas relacionadas com os silêncios, esquecimentos, hesitações, gestos ou expressões. Dessa forma, a História Oral passou a se fortalecer no que era considerado uma fragilidade, ou seja, as novas pesquisas que foram surgindo mostraram, por exemplo, que os lapsos que a pessoa, ao recordar, comete, podem revelar tanto quanto seus gritos ou sussurros.

A entrevista, que intermediava a obtenção da memória, também foi alvo de críticas; então, para atender às exigências de cientistas sociais positivistas e historiadores documentalistas

tradicionais, foram lançados manuais que descreviam como deveriam proceder aqueles que quisessem se utilizar de entrevistas em suas pesquisas. Mas os historiadores orais achavam difícil entrevistar seguindo técnicas, ou regras, únicas:

Como escreveu, em 1970, Charles T. Morrissey, o pioneiro da história oral norte americana: “reduzir o ato de entrevistar a um conjunto de técnicas é ... como cortejar seguindo uma fórmula ... Há o perigo de se confiar demais nos instrumentos, e de menos na intuição, à antiga, sobre quais instrumentos usar em que situação ... as técnicas e outros aspectos da história oral variam conforme o tipo de pessoa que se estiver entrevistando.” Ainda assim, Morrissey resumiu a sua experiência (...) em conselhos práticos para entrevistadores da história oral (...) (THOMSON, 2000, p. 49).

Entretanto, na Conferência Internacional de História Oral, realizada em Nova York, em 1994, foi possível perceber avanços nesse sentido. Influenciados por antropólogos, alguns historiadores orais já se estavam dando conta de que não existem regras estanques a serem utilizados nas entrevistas, pois os indivíduos estão imersos em culturas diferentes.

Mas, ao nosso ver, existem alguns princípios e procedimentos político-metodológicos que parecem comuns às pesquisas já realizadas, como, por exemplo, utilizar a entrevista com um tema pré-definido, envolvendo o tempo histórico, para dar voz a quem normalmente não a tem ou não teve no momento histórico vivido – desde a segunda metade da década de 70, segundo Fernandes (2003), a História Oral passou a ser pensada como história dos “vencidos”, excluídos, ou silenciados.

Um tema, um roteiro ou uma imagem são recursos que podem iniciar uma entrevista. Depois um ouvido apurado e um olhar atento se constituem em ferramentas indispensáveis na tentativa de resgatar tudo o que for possível. Surgem, ainda, alguns desafios ao entrevistador: nesse diálogo que se instaura, como permanecer inerte diante de um depoimento que pode ir além do roteiro? Como deixar de colocar uma opinião, porque alguns acham que essa atitude poderia estar interferindo na fala do entrevistado? Como, objetivamente, tratar a questão da “memória involuntária” que desvia o “foco” da entrevista, da narrativa, por vezes trazendo à tona discussões da chamada do sujeito que recorda?

Na História Oral, lidamos com pessoas e a intersubjetividade; felizmente não existe um roteiro fixo ou possível de unificar. Então, cada uma acaba contribuindo tanto em questões gerais quanto individuais. Assim, o roteiro serve “apenas” como um norte nas futuras análises. E as narrativas extras, falas não programadas, (res)sentimentos aflorados, sensibilidades despertadas, recordações laterais ao tema, (dê)s caminhos narrativos feitos pelo entrevistado para o entrevistador, acabam servindo para o enriquecimento do trabalho de (re)constituição e a (re)significação da memória e da identidade da pessoa entrevistada.

Quanto às opiniões, abordagens, escolhas, roteiros, quebra-cabeças, mosaicos de que o entrevistador lance mão para iniciar o processo de diálogo com a pessoa que recorda, qualquer que seja o recurso utilizado ao propor a alguém que fale sobre a sua vida, tendo um tema como pano de fundo ou, simplesmente, a narrativa de uma trajetória histórica, já constitui uma interferência. Então, o que deve prevalecer a qualquer método e em qualquer situação é o respeito ao entrevistado. Quanto às “interferências” do entrevistador, a descrição minuciosa da metodologia utilizada pode ser um meio de iniciar um outro diálogo que vai além da entrevista.

De qualquer forma, o momento da entrevista pode se constituir num aprendizado para ambos (entrevistador/entrevistado). Tudo vai depender da maneira como a relação for estabelecida. O entrevistado precisa sentir confiança no entrevistador para poder compartilhar as suas memórias. E o entrevistador por sua vez terá que estar disposto a relacionar-se com pessoas que, na maioria das vezes, desconhecia. Estabelecida a relação, várias podem ser as reações dos entrevistados diante

da “invasão” promovida pelo entrevistador, assim como diversos podem ser os *tons* (melancólico, intimista, psicanalítico, metodológico, político) da narrativa.

Utilizando Heller (1989), entendemos *tom* como sendo uma característica do sujeito que é formada a partir do seu tipo de atividade e de pensamento (portanto particulares). Ele nos envolve e quem não o produz carece de individualidade, quem não o percebe é insensível a um aspecto fundamental das relações humanas. Todavia, Heller (1989) nos alerta ao perigo de nos prendermos a essa realidade tonal, pois corremos o risco de promovermos um preconceito “emocional” superior, avaliado negativamente, a ter um juízo emocional da pessoa.

O importante a ressaltar é que tanto a diversidade quanto os pontos em comum – evitando polarizações – podem possibilitar-nos o traçado de um panorama relacionado com o tema proposto, fornecendo assim uma História baseada em pessoas.

Enfim, por meio da entrevista, o entrevistador pode refletir sobre a sua própria vida, e o entrevistado, além de reformular a sua identidade, pode-se perceber criador da História.

As entrevistas permitem ao entrevistado uma reformulação de sua identidade, na medida em que ele se vê perante o outro. Ele se percebe criador da história a partir do momento em que se dá conta que, mesmo minimamente, transformou e transforma o mundo (talvez até sem ter consciência disso), questionando elementos da vida social. Então ele pára e reflete sobre a sua vida – e este momento é acirrado pelas entrevistas ocorrendo com frequência – se vê como um ator social e criador da história”. (LE VEN, p. 220).

Em 1996, foi criada a Associação Internacional de História Oral e tudo o que foi realizado desde 1948 até 1998 indica, segundo Tomson (2000, p. 65), que:

a História Oral combate perpetuamente qualquer tendência para isolar a prática e entendimento históricos da vida e das necessidades dos homens; mostra que as entrevistas fornecem mais que apenas um conjunto de documentos – são uma maneira de promover a conscientização, histórica e social; demonstra que, conquanto a maneira de entrevistar possa variar em culturas e circunstâncias diversas, os historiadores orais podem aprender com o intercâmbio internacional sobre questões e debates comuns; e revela a extraordinária capacidade que tem a história oral de interagir com outras iniciativas e disciplinas, da antropologia, à assistência na área de saúde, ou à cinematografia. Como historiadores orais, precisamos lembrar nosso passado recente e adaptar as lições aprendidas sobre memória e história – sobre a dimensão humana de nossa atividade.

Ou seja, ainda são muitos os desafios a serem enfrentados; dentre eles, vale a pena salientarmos um, apontado por Alessandro Portelli, em 1998, no X Congresso Internacional de História Oral: o silêncio.

A tecnologia (gravador) proporcionou um documento para História Oral e é ela que vem fornecendo recursos, os quais têm facilitado o trabalho do historiador oral, seja na hora da entrevista, ao utilizar gravadores de última geração, seja na hora da transcrição, ao utilizar programas computacionais ou, ainda, o “transcriber” – um aparelho que auxilia a transcrição da fita para o papel, fazendo uso da audição (quando se ouve a fita por um fone) e do tato (quando se digita o material ouvido e se avança a fita, com os pés em um pedal). Portelli, porém, nos alerta que tudo isso seria inútil sem o discurso humano, que só pode ser viabilizado em determinadas condições:

(...) para ter uma comunicação oral, é preciso que as pessoas falem umas com as outras. Por isso, a essência do nosso desafio é renovar a questão do diálogo. Essa questão significa (...) a luta por igualdade. Não há diálogo quando não há igualdade. Assim, para ter diálogo, precisamos continuar a lutar por igualdade. E não há identidade onde não há igualdade. (PORTELLI, 1998, p. 70)

De que valerão os gravadores de última geração, os programas computacionais mais avançados, enfim tudo que a tecnologia pode proporcionar, se as pessoas silenciarem? Com o silêncio, quais seriam as condições de subsistência da História Oral?

HISTÓRIA ORAL NO BRASIL

As primeiras sementes envolvendo a História Oral foram lançadas no Brasil, no século XX, mais precisamente na década de 1970; algumas experiências não-sistematizadas, como o caso do Museu da Imagem e do Som de São Paulo ou do Museu do Arquivo Histórico da Universidade Estadual de Londrina, no Paraná, outras, sistematizadas, sob o patrocínio de uma agência estrangeira (Fundação Ford) e o intermédio do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV).

O CPDOC, foi criado em 1973, com o objetivo de abrigar documentos relevantes para a história recente do país e desenvolver pesquisas históricas, e, em 1974, foi criado o Grupo de Documentação em Ciências Sociais (GDSCS), cujos objetivos eram: *“contribuir para a preservação de documentos necessários aos estudos das Ciências Sociais no Brasil, promover, estimular e coordenar a difusão da documentação, e incentivar a cooperação entre especialistas e cientistas sociais no país e do exterior.”* (FERREIRA, 1996, p. 11) O GDSCS possuía subgrupos e, entre eles, um de História Oral, coordenado pelo CPDOC.

Em 1975 foi criado, no CPDOC, o Programa de História Oral que, desde aquela época, arrecada depoimentos. Vale a pena ressaltarmos que os cientistas sociais brasileiros da época também se utilizavam de entrevistas orais como fonte de informação, mas a História Oral possuía um diferencial: a preocupação de produzir documentos provenientes de uma entrevista mediada pelo gravador.

Ainda em 1975, foi realizado, em Brasília, sob a organização do sub-grupo de História Oral do CPDOC e o patrocínio da fundação Ford e da Capes, o I Curso de História Oral. Mas, os esforços e, mesmo os frutos das primeiras investidas – cursos, encontros, alguns trabalhos publicados – não foram suficientes para o fortalecimento da História Oral, na época.

É fácil imaginar porque, apesar do patrocínio da norte-americana Fundação Ford, nos anos da ditadura brasileira, não se conseguiu superar os entraves gerais que inviabilizaram o progresso da história oral em nível amplo. Em um período em que “dar depoimentos” era algo perigoso, porque confundido com “prestar declarações, não seria possível realizar projetos que tinham como alvo primordial as narrativas pessoais e versões muitas vezes comprometedoras e incômodas. Por lógico, apenas dois tipos de registros se fariam viáveis, além das barras da censura: 1) estudos voltados ao passado remoto e com níveis de desconexões do presente, e 2) trabalhos sobre as elites instaladas no poder. (MEIHY, 1996, p. 05)

Como mencionamos anteriormente, o discurso humano só se efetiva sob certas condições e a ditadura inviabilizava a maioria deles. Assim, a História Oral acaba se constituindo de forma

diferente no Brasil; enquanto, em nível internacional, surgiam inúmeros projetos em História Oral, éramos limitados pela ditadura.

Na década de 1980, depois da abertura política, a História Oral pôde ser mais difundida tanto fora, quanto dentro das universidades, pois

(...) desde o momento da campanha pela anistia no fim dos anos 70 e, principalmente, depois da abertura política em 83, notava-se uma vontade grande de recuperar, face à História Oral, o tempo perdido. Museus, arquivos, grupos isolados e, principalmente, a academia manifestavam certa ansiedade, expressa na busca de entendimento para promover debates em torno da oralidade. Presentemente [1996], há sem dúvida, um notável avanço, mantido inclusive em nível internacional, onde o Brasil passa a ocupar um lugar cada vez mais destacado como promotor de trabalhos de história oral. (MEIHY, 1996, p. 08)

Vale a pena ressaltar que a entrada da História Oral na academia não foi tranqüila; segundo Ferreira (1996), houve indiferença e resistência, tanto pela História quanto por outras áreas que, até aquela época, se utilizavam de entrevistas.

A fonte inspiradora dos primeiros trabalhos esteve associada à influências norte-americanas, depois à influências européias.

“A mudança de opções inspiradoras – da exclusividade temática norte-americana para os modelos biográficos, mnemônicos e, principalmente, pelo radiante efeito da nova esquerda inglesa em suas proposições de dar voz aos vencidos – proporcionou uma nova realidade para a história oral brasileira.” (MEIHY, 1996, p. 06)

Essa influência externa, que acabou se estendendo por muito tempo e de forma exagerada, levou Meihy a defender, em 1998, no X Congresso Internacional de História Oral – o primeiro a ser realizado no Brasil –, a busca por uma diferenciação teórica latino-americana. Sem menosprezar a troca de experiências, Meihy argumentava que a História Oral brasileira tem especificidades que inviabilizam o uso exagerado de parâmetros teóricos adotados por pesquisas estrangeiras. Segundo Meihy (2000), a existência de uma cultura popular e de grupos sociais específicos leva à conclusão de que a história oral brasileira nasceu, com o destino de ser uma voz diferente.

De qualquer forma, a década de 1990 foi de “colheita”; em 1993, aconteceu o primeiro encontro nacional; em 1994, foi fundada a Associação Brasileira de História Oral (ABHO). Além disso, foi nessa década que os encontros regionais buscaram uma periodicidade; que algumas resistências, entre outras áreas, foram amenizadas, promovendo um diálogo multidisciplinar; que brasileiros passaram a participar de encontros internacionais; que, finalmente aconteceu no Brasil um encontro internacional.

Mas, como historiadores orais brasileiros, sabemos que muitos ainda são os desafios a enfrentar. Entretanto, em DaMatta (2000), onde são discutidos os problemas que os brasileiros tiveram (e ainda tem) com relação à sua identidade, encontramos uma vantagem brasileira em relação à outros países, “a mestiçagem”:

O mundo do ano 2000 será sem dúvida globalizado, nacionalizado, cívico e universalista, mas também será um universo no qual os valores étnicos terão enorme presença e visibilidade. Será um mundo simultaneamente homogêneo e heterogêneo. Um universo, portanto, muito mais brasileiro do que poderiam imaginar os nossos teóricos. Nele certamente, vamos encontrar dimensões universais e também uma multidão de intermediários

e mestiços: “mulatos culturais” que viverão entre nações e etnias, explicando as diferenças, intermediando disputas, criando sociedades híbridas e sistemas a meio caminho. Será certamente muito mais um mundo de “mulatos” do que de “puros”, um sistema que só poderá operar com a presença dos que têm simpatia pela diferença, pelo hibridismo e pela multidão de “outros” com que todos irão conviver. (DAMATTA, 2000, p. 28)

Para terminarmos este bloco, deixamos registrada uma afirmação proferida no X Congresso Internacional de História Oral e relacionada com a identidade latino americana:

Se nós historiadores orais latino-americanos, prosseguirmos nessa que tem sido a nossa marca distintiva até agora – a busca incessante da qualidade em nossos variados trabalhos –, conseguiremos, como consequência natural desse trabalho de bom nível, exercido em terras, com gente e com temas da América Latina, expressar, exatamente como temos feito, até agora, a nossa própria identidade de latinos-americanos. Continuaremos, assim, a fazer ouvir nossas vozes plurais. Basta isso. Esse é o caminho que tem dado certo. O outro caminho – o que nunca deu nem nunca dará certo – é o da obsessão pela definição forçada de uma identidade latino-americana, aquele caminho do espelho, onde devido ao nosso olhar míope, nunca seremos capazes de enxergar refletida nossa verdadeira e bela imagem. (AMADO, 2000, p. 112)

PROPONDO UMA REFLEXÃO...

Entre 1950 e 1960, segundo Oliveira (2003), alguns cientistas retomaram estudos relacionados com o caos (conflito entre determinismo e acaso). Depois da Segunda Guerra Mundial os conceitos históricos, que já tinham sofrido alterações, passaram por mais uma ruptura. E, segundo Hall (2002), por volta de 1950, o indivíduo começou a ser descentrado – entendendo descentramento como perda de estabilidade. Ou seja, a História Oral se fortaleceu em um período rico em acontecimentos relacionados com o ser humano de uma forma geral.

No caso específico do Brasil, poderíamos perguntar-nos porque a História Oral só encontrou terreno a partir de 1970. E, mesmo assim, através de investimentos externos. Além disso, por que, antes da ditadura, não foram feitos estudos envolvendo a História Oral?

A História Oral pode ter demorado a se “instalar” no Brasil e, apesar dos avanços, pode, ainda, caminhar a passos lentos, mas ela serve de exemplo para mostrar que esta nova versão da História precisa, no mínimo, de liberdade de expressão para poder desenvolver-se, o que não era possível na época da ditadura.

Foi fazendo uso dessa liberdade de expressão que conseguimos entrevistar 10 professores de Matemática da rede de ensino pública de uma cidade brasileira, no interior de São Paulo (Rio Claro) – dois professores em cada década, no período compreendido entre 1950-2000 – e promover, em Silva (2004), uma discussão a respeito da identidade cultural do professor de Matemática – aquela que surge da “pertença” à cultura escolar.

Os professores entrevistados nos proporcionaram o acesso a histórias que ainda não encontramos nos livros manuseados nas escolas ou pelas pessoas de uma forma geral e, através de suas narrativas, permitiram a utilização da História Oral, como um procedimento de pesquisa. Além disso, nos fizeram perceber a fragmentação da identidade do sujeito professor de Matemática e o quão importante é encararmos a diferença como uma aliada, não como um “monstro” a ser banido da cultura escolar. As identidades precisam do diferente para poderem constituir-se; não são

unificadas, estão em constante mudança, não são nunca constituídas a partir de práticas singulares, “mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou serem antagônicos”. (HALL, p. 108, 2000) E, por serem construídas dentro do discurso,

precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma "identidade" em seu significado tradicional - isto é, uma mesmice que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna. Acima de tudo, e de forma diretamente contrária àquela pela qual são constantemente invocadas, as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela. Isso implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu exterior constitutivo, que o significado “positivo” de qualquer termo – e, assim, sua identidade - pode ser construído." (HALL, 2000, p. 109)

Assim, as relações binárias homem/mulher, branco/negro, razão/emoção, verdadeiro/falso, professor/aluno ou professor/sociedade acabam perdendo o sentido, porque

o pensamento binário e dicotômico não consegue dar conta dessa trama [categorias binárias embaralhadas]. O “outro” não pode ser, sempre, facilmente identificado ou isolado. Participamos, todos, de muitos arranjos e ocupamos diferentes e múltiplas posições. O outro pode, portanto, estar muito próximo, pode nos cercar e conquistar. Podemos, enfim, nos transformar no “outro”. (LOURO, p. 127, 2000)

ENCAMINHAMENTOS

Acreditamos que as Pesquisas Qualitativas enfrentaram (e ainda enfrentam) desafios semelhantes aos que descrevemos anteriormente, pois, assim como a História Oral, envolvem, necessariamente, pessoas, o que subentende, pelo menos, críticas externas à subjetividade envolvida.

Mas, antes de colocarmos algumas questões, gostaríamos de afirmar que não temos um conhecimento profundo à respeito de Pesquisas Qualitativas. Assim, as questões que serão colocadas são frutos das nossas impressões e dúvidas.

No material apresentado na nossa qualificação de doutorado (junho/2003) associamos a nossa pesquisa à um estudo de caso – estaríamos aproximando História Oral e Pesquisa Qualitativa? Fazer um estudo de caso é uma das características básicas da Pesquisa Qualitativa?

Mas, na versão final do nosso trabalho a menção a um estudo de caso foi retirada – teríamos, então, promovido um distanciamento?

Afinal, História Oral é, necessariamente, uma Pesquisa Qualitativa? Por quê?

Vamos, então, buscar os nomes dos outros grupos de trabalho, incluídos no II SIPEQ, em uma tentativa de encaminhar as dúvidas anteriores. São eles: História Oral, Fenomenologia, Dialética, Etnografia e Interacionismo Simbólico.

Do pouco que conhecemos de Pesquisa Qualitativa, o único grupo que parecia não estar, necessariamente, relacionado com Pesquisa Qualitativa era, ao nosso ver, justamente, a História Oral. Somos, então, “convidados” a buscar argumentação nas nossas impressões.

A História Oral e a Pesquisa Qualitativa, não se afinam como procedimentos de pesquisa, apenas por se utilizarem de entrevistas; também não acreditamos que estejam próximas pelo “simples” fato de, ambas, se utilizarem de entrevistas ou por não utilizarem “quantidades”. Aliás, poderíamos nos perguntar se a relação quantitativo/qualitativo não faz parte das categorias binárias embaralhadas, mencionadas anteriormente, cujo pensamento binário dicotômico não consegue mais dar conta.

A Pesquisa Qualitativa não se utiliza, necessariamente, de conceitos históricos, como é o caso dos historiadores orais. Assim, como a História Oral não se utiliza, necessariamente, de tendências fundamentadas na Fenomenologia (clássica da Filosofia).

Entre os historiadores orais não há um consenso a respeito da História Oral; seria ela uma técnica, um procedimento de pesquisa (como particularmente acreditamos) ou uma disciplina? Há a necessidade de uma fundamentação teórica (como acreditamos) ou a “simples” construção de um documento configuram uma pesquisa como sendo em História Oral?

E, nos parece que a Pesquisa Qualitativa enfrenta alguma coisa semelhante, pois o II SIPEQ tem como objetivo estabelecer diferenças entre as modalidades existentes na área, envolvendo questões referentes a: O que é uma pesquisa qualitativa? Qual a visão do mundo e de conhecimento que a sustenta?

Explicitadas algumas questões, a dúvida permanece: História Oral é, necessariamente, uma Pesquisa Qualitativa? Por quê?

Fica a impressão de que a História Oral tem características qualitativas, mas nem por isso devemos mencioná-la como pertencendo a Pesquisa Qualitativa.

E, assim, pretendemos iniciar uma discussão.

Palavras-chave: História Oral, Identidade Cultural, Pesquisa Qualitativa

BIBLIOGRAFIA

AMADO, J. Nós e o espelho. In: FERREIRA, M. M., FERNANDES, T. M., ALBERTI, V. (Org.). *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz / Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC-FGV, 2000, p. 105 a 112.

ARIÈS, P. *Uma nova educação no olhar*. In: ARIÈS, P. e DUBY, G., LE GOFF, J., *História e Nova História*, Lisboa: Editorial Teorema, 1990.

AUGRASS, M. História oral e subjetividade. In: VON SIMSON, O. R. de MORAES (Org.). *Os desafios contemporâneos da História Oral*, Campinas, SP: UNICAMP/CMU, 1997.

BOSI, A. O tempo e os tempos. In: NOVAES, A. (Org.) *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das letras e Secretaria Municipal de São Paulo, 1992.

DAMATTA, R. Brasil, dois mil: um exercício de profecia. In: FERREIRA, M. M., FERNANDES, T. M., ALBERTI, V. (Org.). *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz / Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC-FGV, 2000.

FERNANDES, P. J., DUARTE, M. das G. dos S., RODRIGUES, H. de B. C. Para uma história do institucionalismo no Brasil: polêmicas relativas à História Oral. In: JACÓ-VILELA, A. M., CEREZZO, A. C., RODRIGUES, H. de B. C. (Org.). *Clio-Psyché paradigmas: Historiografia, psicologia, subjetividade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2003.

FERREIRA, M. de M. História Oral e tempo presente. In: MEIHY, J. C. S. B. (Org.). *(Re) Introduzindo a História Oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.

HALL, S. *A identidade cultural da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. (org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes: 2000.

HELLER, A. *O Cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LE VEN, M. M., FARIA, E. de, MOTTA, M. H. de SÁ. História Oral de Vida: o instante da entrevista, In: VON SIMSON, O. R. de MORAES (Org.). *Os desafios contemporâneos da História Oral*. Campinas. SP: UNICAMP/CMU, 1997.

LOURO, G. L. Por que estudar gênero na era dos cyborgs? In: FONSECA, T. M.; FRANCISCO, D. J. (Org.). *Formas de ser e habitar a contemporaneidade*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000. p. 121 - 128.

MEIHY, J. C. S. B. (Re) Introduzindo a História Oral no Brasil, In: MEIHY, J. C. S. B. (Org.). *(Re) Introduzindo a História Oral no Brasil*, São Paulo: Xamã, 1996

_____. Desafios da História Oral Latino Americana: o caso do Brasil. In: FERREIRA, M. M., FERNANDES, T. M., ALBERTI, V. (Org.). *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz /Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC-FGV, 2000.

OLIVEIRA, D. N. de. Caos, filosofia e ciência. In: Galeno, A., CASTRO, G. de; SILVA, J. C. da (Org.). *Complexidade à flor da pele: ensaios sobre Ciência, Cultura e Comunicação*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 81 - 94.

PORTELLI, A. Memória e diálogo: desafios da História Oral para a ideologia do século XXI. In: FERREIRA, M. M., FERNANDES, T. M., ALBERTI, V. (Org.). *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz /Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC-FGV, 2000.

SILVA, S. R. V. da. *Identidade cultural do professor de matemática a partir de depoimentos (1950-2000)*. 2004. 259f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade do Estado de São Paulo, Rio Claro, SP, 2004.

THOMSON, A. Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral. In: FERREIRA, M. M., FERNANDES, T. M., ALBERTI, V. (Org.). *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz /Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC-FGV, 2000.

Silvia Regina Vieira da Silva
silviavieira_2004@yahoo.com.br